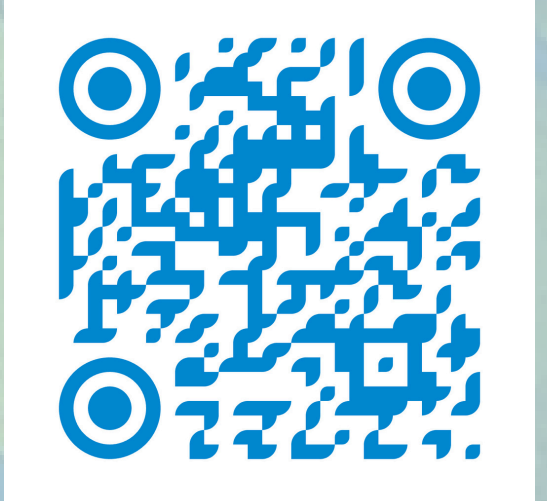




Harmonização Fiscal Internacional: Justiça ou Consenso Assimétrico?



Uma leitura crítica e estratégica da participação dos países em desenvolvimento nos mecanismos globais de coordenação fiscal.

Porquê Harmonizar? (O Problema)

- Dupla tributação
- Erosão da base tributável
- Insegurança jurídica
- Mas... quem define as regras?

proposta.

TRÊS EIXOS DE ATUAÇÃO CONSCIENTE

- Atenção ao desequilíbrio sem paralisia
- A assimetria é real – mas isso não impede ação lúcida e planeada dentro do sistema.
- Colaboração entre vozes historicamente sub-representadas
- As soluções mais justas tendem a emergir de pontos de vista não centrais – quando estes têm oportunidade de se articular.
- Criação de espaços de dissonância produtiva
- Intervir num sistema desigual não obriga à submissão. Pode ser um modo de abrir fissuras e deslocar consensos.

call to ACTION

Nenhuma arquitetura fiscal global será justa enquanto os critérios forem definidos por poucos, em nome de todos. Entrar nesses espaços não resolve, mas pode abrir fendas. Participar com lucidez crítica é, hoje, a forma mais concreta de disputar o conteúdo das regras e de lembrar que justiça fiscal não é técnica: é escolha política.

3 Axes/4 Positions	OCDE	Batista Jr.	Tsilly Dagan	A. Christians
Natureza do Sistema	Técnica, baseada em boas práticas e standards multilaterais	Instrumento de imposição do Norte sobre o Sul	Cooperação fiscal pode mascarar dominação	Sistema ilegítimo sem democracia fiscal real
Inclusão e Voz	Todos podem aderir, mas os mais poderosos controlam a agenda	Brasil não deve aderir sem poder de decisão	Os países em desenvolvimento aderem por pressão, não por escolha	As normas são moldadas por redes informais e pressões reputacionais
Caominho Proposto	Aplicação global de regras comuns (BEPS, Pilares 1 e 2)	Criação de blocos alternativos (ex: BRICS)	Reformar com base em justiça distributiva e pluralismo normativo	Construir legitimidade “de baixo para cima” com participação real



STRESS TEST!

- ⚙️ **Objecção 1 – O Tecnocrata Europeu:**
“Se cada país quiser adaptar as regras às suas especificidades, não há harmonização possível. O sistema colapsa sem uniformidade.”
Resposta: A preocupação com a previsibilidade é legítima – mas previsibilidade não exige homogeneidade. Sistemas jurídicos distintos já coexistem dentro da União Europeia, através de mecanismos como cláusulas de salvaguarda, prazos diferenciados e adaptação contextual. O que torna um sistema funcional não é o formato único, mas a existência de margens estruturadas para a diferença. Uma fiscalidade global justa precisa da mesma engenharia.
- 👉 **Objecção 2 – O Estratega BRICS:**
“Ao participar num sistema viciado, legítimas o centro que te exclui. O único gesto político coerente é construir alternativas externas.”
Resposta: A construção de alternativas fora do eixo dominante é vital – mas ela não exige ausência dos espaços centrais. Pelo contrário, ocupar esses espaços com clareza estratégica pode ser o que torna outras alternativas possíveis. Não se trata de legitimar, mas de tensionar. Toda presença pensada é já uma forma de contaminação crítica.
- 👉 **Objecção 3 – O Jurista Descolonial:**
“A tua proposta assume que é possível reformar instituições que historicamente serviram para excluir. Isso não é ingenuidade institucional?”
Resposta: Não há ingénuos aqui. Há realismo ético. Nenhum sistema internacional se transforma por concessão – mas também não se desloca por ausência. A tua crítica é o alicerce da proposta: só quem conhece a história da exclusão pode exigir um futuro habitável. A transformação começa quando deixamos de pedir inclusão e passamos a agir como se a pertença já nos fosse devida.